

# Saberes Guarani e o Conhecimento Oral em Contexto Escolar<sup>1</sup>.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18408785>

Miguel Antonio Ahumada Cristi (Doutor em Educação e Sociedade/Universidade de Barcelona)

Email: [miguel.cristi@unila.edu.br](mailto:miguel.cristi@unila.edu.br)

Talles do Nascimento Martins (Graduando em História/Unila)

Email: [talesmrtns76@outlook.com](mailto:talesmrtns76@outlook.com)

**Resumo:** Este trabalho apresenta um relato etnográfico de uma visita à comunidade indígena Guarani Ocoy, com o propósito de analisar a interação entre a educação escolar formal e a preservação dos saberes tradicionais, com foco na oralidade. A pesquisa investiga como a escola atua no fortalecimento cultural, apesar de enfrentar desafios estruturais e a falta de apoio governamental. O estudo ressalta a relevância das narrativas orais como conhecimento legítimo e ferramenta pedagógica essencial para a comunidade. Baseado em observação participante e conversas com lideranças e o professor Gilmar, o trabalho analisa duas narrativas orais, "Jepotá" e "Urutau", como dispositivos pedagógicos que transmitem valores éticos, espirituais e sociais. As exclusões institucionais são discutidas à luz dos conceitos de necroeducação e necropedagogia, que criticam o racismo acadêmico e a invisibilização de sujeitos racializados. O estudo também incorpora aportes teóricos indígenas de autores como Ailton Krenak (2019; 2020), Daniel Munduruku (1998), Gerssem Baniwa (2006), Eliane Potiguara (2004) e Graciela Chamorro (1999; 2015), que denunciam a exclusão e o silenciamento das narrativas indígenas no debate acadêmico. Conclui-se que as narrativas orais são cruciais para a epistemologia Guarani, funcionando como um "arquivo vivo" da existência coletiva, e que a educação indígena transcende o ambiente escolar, integrando memória, espiritualidade e território como atos de resistência cultural.

**Palavras-chave:** Metodologias de Ensino; História Indígena; Paraná; Guaranis; Necroeducação.

## Introdução

O presente trabalho apresenta um relato etnográfico de uma visita à comunidade indígena Guarani Ocoy, tendo como objetivo central analisar a interação entre a educação escolar formal e a preservação dos saberes tradicionais, com ênfase na oralidade. Parte-se da compreensão de que a escola, nesse contexto, pode atuar simultaneamente como espaço de fortalecimento cultural e como local de tensionamentos estruturais, especialmente diante da ausência ou fragilidade do apoio governamental.

O estudo propõe deslocar a compreensão das narrativas orais indígenas do campo do folclore ou da mitologia para reconhecê-las como formas legítimas de produção de conhecimento e como dispositivos pedagógicos fundamentais na organização social e educativa da comunidade Guarani. A análise dialoga com os conceitos de necroeducação e necropedagogia, compreendidos como chaves críticas para pensar as formas de exclusão,

<sup>1</sup> Elaborado a partir das pesquisas desenvolvidas no projeto de extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, com financiamento do Fundo Paraná, no âmbito do projeto De Mão Dadas por Amplos Caminhos: Materiais Didáticos para a Educação em Direitos Humanos, Valores e Cidadania. Esta produção resultou na elaboração do livro didático Riquezas dos Povos Indígenas da América Latina: o Povo Guarani.

silenciamento e epistemicídio presentes no campo educacional, especialmente em relação aos povos indígenas.

## Fundamentação teórica

O conceito de necroeducação, conforme definido por Costa e Silva (2021), refere-se a um conjunto de práticas escolares e universitárias que produzem a morte simbólica, subjetiva e, em alguns casos, física de sujeitos racializados. Essa dinâmica se expressa por meio do epistemicídio, da invisibilização dos saberes não hegemônicos, da ausência de políticas de permanência e da naturalização do sofrimento como condição de existência nos espaços educacionais.

Em diálogo com essa perspectiva, Martins (2022) propõe a noção de necropedagogia, entendida como o modo pelo qual a pedagogia hegemônica, ao reforçar currículos eurocentrados e ignorar saberes plurais, participa de um projeto sistemático de exclusão e deslegitimização de corpos e subjetividades negras e indígenas. Tal noção dialoga diretamente com o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018), ao evidenciar como o poder institucional define quais vidas são passíveis de cuidado, investimento e reconhecimento no campo educacional.

A partir de Mbembe (2018), comprehende-se que a educação pode operar como um dos dispositivos de gestão da morte, quando organiza currículos, práticas pedagógicas e políticas educacionais que produzem a precarização sistemática da vida indígena. Nesse sentido, a necropedagogia constitui uma pedagogização da necropolítica, materializada na exclusão epistêmica e na negação do direito à existência plena nos espaços escolares.

O diálogo com Frantz Fanon (2008) permite compreender os efeitos subjetivos dessas práticas, especialmente no que diz respeito à internalização da inferiorização e à produção de subjetividades colonizadas. Fanon contribui para pensar como a escola, ao negar os referenciais culturais indígenas, atua na produção de sujeitos fragmentados, tensionados entre a lógica colonial e seus modos próprios de existir.

Complementarmente, bell hooks (2013) oferece aportes fundamentais para pensar uma pedagogia crítica e insurgente, ao propor a educação como prática da liberdade. Sua crítica à educação bancária e ao silenciamento das vozes subalternizadas dialoga diretamente com as experiências observadas na comunidade Guarani Ocoy, reforçando a necessidade de práticas

pedagógicas comprometidas com a escuta, o reconhecimento e a valorização dos saberes indígenas.

O trabalho também se ancora em aportes teóricos produzidos por intelectuais indígenas que denunciam a exclusão histórica desses povos do debate acadêmico. Ailton Krenak (2019; 2020) problematiza a racionalidade moderna e a marginalização das epistemologias indígenas; Daniel Munduruku (1998) denuncia a reprodução de estereótipos e o silenciamento das narrativas indígenas na escola e na universidade; Gersem Baniwa (2006) analisa o racismo institucional e o epistemicídio no ensino superior. Destacam-se ainda as contribuições de Eliane Potiguara (2004), que evidencia a invisibilidade das vozes indígenas, especialmente femininas, na literatura e na academia, e de Graciela Chamorro (1999; 2015), que analisa o apagamento histórico dos povos indígenas nos registros oficiais.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado no método etnográfico. Os dados foram produzidos a partir da observação participante durante a visita à comunidade Guarani Ocoy, bem como por meio de conversas informais e diálogos com lideranças locais e educadores da comunidade.

Entre os interlocutores destacam-se Vicente, liderança comunitária, e o professor Gilmar, docente de Geografia, que atua como mediador entre os saberes tradicionais Guarani e as exigências da educação escolar formal. O trabalho de campo respeitou os princípios éticos da pesquisa em contextos indígenas, priorizando a escuta, o respeito aos saberes locais e a não hierarquização das formas de conhecimento.

## Análise e discussão

A análise concentra-se em duas narrativas orais de grande relevância para a comunidade Guarani Ocoy: a do Jepotá e a do Urutau. Essas narrativas são compreendidas não como mitos ou lendas, categorias frequentemente mobilizadas pelo pensamento ocidental para deslegitimar epistemologias não europeias, mas como dispositivos pedagógicos centrais que transmitem valores éticos, espirituais, territoriais e sociais, funcionando como verdadeiros arquivos vivos da memória coletiva Guarani.

No contexto Guarani, a oralidade constitui uma forma estruturante de produção, transmissão e atualização do conhecimento. Diferentemente da lógica escolar ocidental, que privilegia a escrita como critério de validade científica, a oralidade articula memória,

ancestralidade e território, configurando-se como um sistema epistemológico próprio. As narrativas analisadas evidenciam que ensinar, nesse contexto, não se restringe à sala de aula, mas ocorre nos espaços comunitários, nas caminhadas pelo território, nas relações intergeracionais e nas experiências espirituais compartilhadas.

A presença da oralidade na escola indígena, entretanto, enfrenta limites impostos pelo currículo oficial, que frequentemente opera como instrumento de necroeducação ao hierarquizar saberes e desqualificar práticas pedagógicas não alinhadas à racionalidade eurocentrada. Essa tensão evidencia como a escola pode simultaneamente fortalecer identidades e reproduzir exclusões.

A prática do professor Gilmar revela os desafios cotidianos de mediação entre os saberes tradicionais Guarani e as exigências institucionais do sistema educacional. Sua atuação demonstra uma tentativa constante de romper com a lógica da necropedagogia, ao incorporar narrativas orais, experiências territoriais e conhecimentos comunitários no ensino de Geografia. Contudo, tais iniciativas ocorrem em um contexto de precarização estrutural, ausência de políticas públicas consistentes e vigilância curricular, o que limita a autonomia pedagógica.

À luz de Fanon (2008), essas tensões podem ser compreendidas como parte de um processo de colonialidade do saber que produz sujeitos cindidos, obrigados a transitar entre mundos epistemológicos desiguais. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço de disputa simbólica entre a afirmação identitária e a imposição de modelos educativos coloniais.

A análise das práticas educativas observadas permite compreender a necropedagogia como uma pedagogização da necropolítica, conforme propõe Mbembe (2018). A ausência de investimentos, a descontinuidade de políticas educacionais indígenas e a deslegitimização dos saberes tradicionais configuram formas de gestão da vida e da morte no campo educacional. Essas práticas não apenas comprometem a qualidade do ensino, mas também afetam a permanência simbólica e material dos povos indígenas na escola.

Nesse cenário, a necroeducação manifesta-se como um processo de desgaste contínuo, no qual o sofrimento, a precariedade e a invisibilização são naturalizados. Tal dinâmica reforça o racismo institucional e amplia os processos de epistemicídio denunciados por autores indígenas e negros.

Destaca-se ainda a centralidade das figuras femininas presentes nas narrativas do Jepotá e do Urutau, retratadas como protagonistas autônomas de suas trajetórias. Esse protagonismo feminino tensiona paradigmas ocidentais que historicamente associam o feminino indígena à passividade ou à subalternidade. As mulheres, nas narrativas Guarani, aparecem como guardiãs do conhecimento, mediadoras espirituais e agentes fundamentais na manutenção da vida comunitária. Esse aspecto reforça a necessidade de uma leitura interseccional que considere gênero, etnia e colonialidade na análise das práticas educativas.

### Considerações finais

Conclui-se que as narrativas orais constituem elementos centrais da epistemologia Guarani, operando como um arquivo vivo da existência coletiva e como ferramenta pedagógica fundamental no processo educativo da comunidade. A educação indígena, conforme observado na comunidade Guarani Ocoy, transcende os limites da sala de aula, articulando memória, espiritualidade e território como dimensões indissociáveis do ensino e da aprendizagem.

A análise evidencia que, apesar de a escola poder funcionar como espaço de fortalecimento cultural, ela também se encontra atravessada por práticas necroeducativas que reproduzem exclusões históricas. Nesse sentido, reconhecer e valorizar as epistemologias indígenas não se trata apenas de um gesto pedagógico, mas de um ato político de resistência frente ao epistemicídio e ao racismo institucional que marcam a educação brasileira.

À luz de bell hooks (2013), pensar a educação indígena como prática da liberdade implica romper com modelos pedagógicos que silenciam e desumanizam. Trata-se de construir práticas educativas comprometidas com a escuta, o afeto, a territorialidade e o reconhecimento da pluralidade epistemológica. Assim, a valorização da oralidade e das narrativas tradicionais não apenas fortalece identidades, mas aponta caminhos para uma educação radicalmente antirracista, decolonial e comprometida com a vida.

Por fim, este trabalho defende que enfrentar a necropedagogia no contexto educacional brasileiro exige não apenas reformas curriculares, mas uma transformação estrutural das formas de produzir conhecimento, ensinar e aprender. As experiências da comunidade Guarani Ocoy revelam que outras pedagogias são possíveis e já existem, desafiando a escola a

abandonar sua função histórica de controle e exclusão para assumir um papel efetivo na promoção da justiça epistemológica e social.

## Referências

- BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.
- CHAMORRO, Graciela. **Teologia Guarani**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1999.
- CHAMORRO, Graciela. **Nhe'ẽ Porã**: memória e história guarani. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.
- COSTA E SILVA, Heloise. Necroeducação: a produção da morte nas relações escolares. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, n. 179, p. 28–49, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250043>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- \_\_\_\_\_ **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MARTINS, Denis. Necropedagogia: a face negra do projeto educacional no extremo Sul da cidade paulistana. **Revista Extraprensa**, v. 15, n. Especial, p. 341-358, 2022.
- MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 1998.
- POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. São Paulo: Global, 2004.



REVISTA  
NZINGA